PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTOS 2027

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTARÉM



12 DE NOVEMBRO DE 2026
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTARÉM
Largo Cândido dos Reis – Apartado 23 2001-901 Santarém
Telefone: 243 305 260 / Fax: 243 305 269 / E-mail: geral@scms.pt
Pessoa Coletiva de Utilidade Pública n.º 500 868 387
Registo na Direção Geral de Segurança Social, no Livro 1, das Irmandades das Misericórdias sob o n.º 30/82, a Fls. 44 e verso em 04.06.1982

Índice

Nota de abertura 5
Introdução e Enquadramento Estratégico 6
Nota Metodológica 6
Contexto da Organização 7
1. Área da Infância e da Juventude 9
1.1. Creche e Pré-Escolar 9
1.2. Casa de Acolhimento - Primeiro Passo e Lar dos Rapazes 10
2. Área da Anciania 12
2.1. ERPI de Santarém 12
2.2. ERPI de Grandes Dependentes 14
2.3. Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos (CATEI) 16
2.4. ERPI de São Domingos 17
2.5. Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) 19
2.6. Centro de Dia 21
3. Área da Família e da Comunidade 22
3.1. Centro de Atendimento e Acolhimento Social (CAAS) 22
3.2. Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) 23
3.3. Rendimento Social de Inserção (RSI) 25
4. Área da Saúde 26
4.1. Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção (UCCLDM) 26
4.2. Equipa de Enfermagem 26
5. Serviços Transversais 28
5.1. Departamento de Recursos Humanos 28
5.2. Departamento da Qualidade 28
5.3. Serviço de TIC e Obras e Manutenção 29
5.4. Serviço de Lavandaria 29
5.5. Serviço de Nutrição e Alimentação 29
5.6. Serviço de Aprovisionamento 30
5.7. Serviço de Voluntariado 31
5.8. Serviço de Património Histórico-Cultural 32
5.9. Serviço Administrativo e Financeiro 33
5.9.1. Orçamento Exploração Previsional 33
5.9.2. Orçamento de Investimentos para o ano de 2027 38
6. Anexo - Grelha de atividades Global 40

Nota de abertura

Quando 2026 caminha rapidamente para o seu final, cumpre-nos antecipar o Plano de Actividades e o Orçamento para o último ano do presente mandato. Embora inúmeras ameaças e incertezas pairem sobre a Humanidade, mais do que nos prendermos às memórias que a todos orgulham e, unindo, a cada um mobilizam, há que encarar o futuro com os olhos fixados nos melhores horizontes de esperança.

Na verdade, à exponencial e generalizada subida de custos, têm correspondido competências e capacidades geradoras de novos projectos e de receitas suplementares, susceptíveis de garantir os investimentos concretizados e em vias de realização no ano de 2027. Tais empreendimentos têm, essencialmente, como foco a zelosa prestação de cuidados aos nossos utentes, da Infância à Anciania, bem como a modernização das suas instalações no âmbito das ERPIs, à semelhança do que, em 2026, ocorreu com a UCCLDM, a Creche e o Pré-Escolar, sem esquecer o novo refeitório para os trabalhadores, bem como as intervenções nas Igrejas de Jesus Cristo e de Nossa Senhora da Visitação, ambas monumentos nacionais, a que, com o mesmo estatuto, se soma a Capela de Nossa Senhora do Monte,

Assinale-se, aliás, que, de entre as 387 Misericórdias Portuguesas, a SCMS é a única que possui três monumentos nacionais, o que justificaria, por si só, uma discriminação positiva no âmbito do Orçamento do Estado. A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é detentora de dois monumentos nacionais: a Igreja de São Roque e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição Velha.

Os progressos na agilização e na modernização dos serviços, a par da execução de novos projectos estruturantes, encontram "morada" no plano de actividades e "leito financeiro" no orçamento para o ano de 2027, sem que se preveja o recurso a financiamento bancário para a sua efectivação.

Prestes a concluir o terceiro ano do actual mandato, na senda da consolidação económico-financeira da SCMS, reafirmamos o nosso testemunho de gratidão a todos quantos lhe dão vida, projectando a luz da solidariedade para servir e cuidar, dignificando esta Instituição, bem como todos os que a ela recorrem, da nascente até à foz.

Santarém, 5 de Novembro de 2026.

José Miguel Correia Noras

Nota – José Miguel Correia Noras não segue as normas do "novo acordo ortográfico", enquanto tal documento não for subscrito por todos os países lusófonos.

Introdução e Enquadramento Estratégico

O Plano de Atividades e Orçamento 2027 da Santa Casa da Misericórdia de Santarém traduz o compromisso da Instituição com a qualidade dos serviços prestados, a humanização dos cuidados, a valorização das pessoas e a sustentabilidade da sua intervenção.

O ano de 2027 assume particular relevância por corresponder ao último ano de implementação do Plano Estratégico 2024-2027, constituindo uma oportunidade para consolidar os projetos desenvolvidos, dar continuidade às melhorias iniciadas e concretizar os objetivos estratégicos ainda em curso.

A elaboração deste Plano assenta numa lógica de continuidade entre o planeamento, a execução e a avaliação das atividades, procurando assegurar uma utilização mais eficiente dos recursos e uma maior articulação entre as diferentes respostas sociais e serviços.

Mantém-se o alinhamento com os quatro eixos do Plano Estratégico 2024-2027:

- ✓ Eixo 1 – Clientes, Utentes e Famílias: promover respostas de qualidade, humanizadas e ajustadas às necessidades e expetativas das pessoas acompanhadas.
- ✓ Eixo 2 – Recursos Humanos: valorizar os colaboradores, reforçando as suas competências e promovendo melhores condições de trabalho.
- ✓ Eixo 3 – Processos de Suporte: melhorar a eficiência organizacional, consolidando os processos internos, a transformação digital e a segurança da informação.
- ✓ Eixo 4 – Sustentabilidade: promover uma gestão responsável dos recursos, assegurando a sustentabilidade económica, social e ambiental da Instituição.

As atividades previstas para 2027 procuram responder aos principais desafios identificados pelas diferentes áreas de intervenção, privilegiando a melhoria contínua, a adequação das infraestruturas e equipamentos, a valorização dos recursos humanos e a qualidade das respostas prestadas à comunidade.

Nota Metodológica

A preparação do Plano de Atividades 2027 resulta de um processo participativo, envolvendo as Direções Técnicas e os responsáveis das diferentes respostas sociais e serviços.

Como ponto de partida, foi solicitada uma avaliação do Plano de Atividades 2026, procurando identificar as atividades realizadas, as que se encontram em desenvolvimento, as dificuldades verificadas e as iniciativas que justificam continuidade ou reformulação.

Este exercício permitiu orientar a reflexão sobre as prioridades para 2027, tendo em consideração:

- ✓ O grau de execução das atividades previstas para 2026.

- ✓ As necessidades e os desafios identificados pelos serviços.
- ✓ Os objetivos e prioridades do Plano Estratégico 2024-2027.
- ✓ As oportunidades de melhoria e os novos projetos propostos.
- ✓ Os recursos humanos, materiais e financeiros necessários à concretização das atividades.

Pretende-se, desta forma, reforçar a ligação entre os diferentes instrumentos de gestão, garantindo continuidade entre o planeamento anual, a avaliação dos resultados e a elaboração do Relatório de Atividades.

A execução do Plano será acompanhada através da monitorização dos objetivos, indicadores e metas estabelecidos, permitindo identificar desvios e introduzir os ajustamentos necessários.

Contexto da Organização

A Santa Casa da Misericórdia de Santarém desenvolve a sua atividade num contexto marcado pela crescente complexidade das necessidades sociais e de saúde, pelas dificuldades de recrutamento de profissionais, pelo aumento das exigências regulamentares e pela necessidade de assegurar a sustentabilidade dos serviços.

A diversidade das respostas sociais, a experiência institucional, as parcerias estabelecidas e o património histórico e cultural constituem importantes fatores de diferenciação.

Em simultâneo, persistem desafios relacionados com as infraestruturas, os recursos humanos, a comunicação interna, a modernização tecnológica e a gestão financeira.

A análise SWOT constitui um instrumento de apoio à identificação dos principais fatores internos e externos que influenciam a atividade da Instituição e orientam a definição das prioridades para 2027.

Análise SWOT

Dimensão	Principais fatores
Forças	História e reconhecimento institucional; diversidade e complementaridade das respostas sociais; experiência e dedicação dos colaboradores; parcerias institucionais; património histórico e cultural
Fraquezas	Dificuldades de comunicação e articulação interna; necessidade de requalificação de instalações e equipamentos; dificuldades de recrutamento e retenção de profissionais; dependência de financiamento público; necessidade de consolidar processos de gestão e digitalização; limitações na rentabilização do património
Oportunidades	Envelhecimento da população; crescente procura de respostas sociais e de saúde; acesso a programas de financiamento; desenvolvimento de novas parcerias; transformação digital e modernização organizacional; valorização do património histórico e cultural; dinamização do voluntariado e participação comunitária
Ameaças	Aumento dos custos de funcionamento; escassez de profissionais qualificados; exigências legais e regulamentares crescentes; instabilidade económica e financeira; pressão sobre os rendimentos das famílias; riscos de cibersegurança; necessidade de investimento na conservação do património; rendimento das famílias.

Quadro 1 – Resumo da Análise SWOT

Esta análise reforça a importância de uma atuação orientada para a consolidação das respostas existentes, a melhoria da eficiência organizacional e a identificação de soluções sustentáveis para os desafios institucionais.

Em 2027, a prioridade será dar continuidade ao trabalho desenvolvido, procurando assegurar a qualidade da intervenção, a valorização dos recursos disponíveis e a concretização dos objetivos definidos para o atual ciclo estratégico.

1. Área da Infância e da Juventude

1.1. Creche e Pré-Escolar

A Creche e o Pré-escolar "Os Amiguinhos" integram o Departamento de Ação Social da Infância e Juventude da Santa Casa da Misericórdia de Santarém.

A Creche dispõe de quatro salas — berçário, sala de 1 ano, sala familiar e sala dos 2 anos — e tem atualmente uma frequência de 53 crianças, para uma capacidade abrangida por acordo de cooperação de 49 crianças. O Pré-escolar integra três salas, correspondentes às faixas etárias dos 3, 4 e 5 anos, acolhendo 61 crianças, duas das quais provenientes do Centro de Acolhimento, para uma capacidade abrangida por acordo de cooperação de 58 crianças.

A resposta social dispõe de um horário de funcionamento alargado, das 7h30 às 19h30, mantendo-se em funcionamento ao longo de todo o ano, com uma interrupção de uma semana no final do ano letivo para trabalhos de manutenção. Conta ainda com atividades extracurriculares, parcerias com instituições da área da educação e da comunidade e encontra-se a desenvolver o Processo de Certificação da Qualidade.

Em 2027, será importante continuar a acompanhar a diversidade de necessidades das crianças e das respetivas famílias, procurando assegurar uma resposta educativa e de cuidados ajustada às diferentes idades, ritmos de desenvolvimento e realidades familiares. A manutenção de um horário alargado e do funcionamento ao longo do ano constitui igualmente um aspeto a ter em consideração na organização e gestão quotidiana da resposta social.

Outro desafio consiste em consolidar práticas de trabalho consistentes e refletidas, no âmbito do Processo de Certificação da Qualidade, reforçando a articulação entre os profissionais e a avaliação contínua dos procedimentos. Importa, ainda, manter e aprofundar a colaboração com as famílias, as instituições educativas e os serviços da comunidade.

As condições das instalações, a adequação dos equipamentos e materiais e as necessidades de recursos humanos deverão ser objeto de acompanhamento pela equipa, de modo a identificar eventuais constrangimentos e definir respostas adequadas. Estes aspetos não se encontram especificados no documento de enquadramento atualmente disponível, pelo que deverão ser complementados de acordo com o diagnóstico atualizado da equipa.

<u>Prioridades de intervenção para 2027</u>

- ✓ Promover o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças: manter uma resposta educativa inclusiva e adequada às diferentes etapas de desenvolvimento, valorizando a saúde, a alimentação equilibrada, a atividade física, a autonomia e as relações positivas.

- ✓ Reforçar a relação com as famílias: aprofundar a comunicação e a participação das famílias na vida da resposta social, promovendo uma colaboração próxima e construtiva.
- ✓ Acompanhar as condições de funcionamento: avaliar regularmente a adequação das instalações, dos equipamentos, dos materiais e dos recursos humanos às necessidades das crianças e ao funcionamento dos diferentes grupos.
- ✓ Valorizar o trabalho em parceria: manter e desenvolver a articulação com instituições educativas e serviços da comunidade, identificando oportunidades de cooperação e projetos que acrescentem valor à intervenção.
- ✓ Dar continuidade a iniciativas e projetos relevantes: privilegiar projetos que promovam hábitos de vida saudáveis, nomeadamente ao nível da alimentação e da prevenção da obesidade infantil, selecionando as iniciativas a integrar no plano em função da sua pertinência e exequibilidade.

Estas prioridades definem as áreas de melhoria a privilegiar em 2027 e complementam a grelha do Plano de Atividades, onde se encontram identificadas as ações concretas, os respetivos calendarização e intervenientes. Pretende-se, assim, explicitar os objetivos e as razões que orientam a intervenção, evitando a repetição da descrição das atividades.

1.2. Casa de Acolhimento - Primeiro Passo e Lar dos Rapazes

A Santa Casa da Misericórdia de Santarém, dispõe de duas Unidades Residenciais, com Acordos de Cooperação com a Segurança Social, para o acolhimento de crianças e jovens em perigo, que se encontram afastados das suas famílias de origem. A casa dá resposta aos pedidos efetuados pela equipa de gestão de vagas da Segurança Social de Santarém, para o acolhimento de crianças e jovens do distrito. O Primeiro Passo acolhe doze crianças com idades entre os zero e os doze anos, enquanto o Lar dos Rapazes pode acolher doze jovens, com idades compreendidas entre os doze e os vinte cinco anos.

De acordo com o disposto na Portaria n.º 450/2023, que estabelece o regime de organização e funcionamento das casas de acolhimento para crianças e jovens, encontram-se previstas algumas alterações e reestruturações nos espaços físicos de ambas as Unidades.

Estas intervenções têm como principal objetivo melhorar as condições das instalações e dos equipamentos, assegurando uma resposta de acolhimento mais adequada às necessidades das crianças e jovens. A concretização destas alterações permitirá, igualmente, reunir as condições necessárias à celebração de novos acordos de cooperação, os quais contemplam montantes de comparticipação por criança/jovem significativamente superiores aos atualmente em vigor.

Contudo, a formalização desses novos acordos encontra-se dependente da aprovação e concretização prévia das reestruturações necessárias, de modo a garantir a adequação dos espaços às orientações e aos requisitos estabelecidos na legislação.

Neste contexto, iremos efetuar uma candidatura ao Programa Pares 3.0, destinado a apoiar projetos de investimento e obras de requalificação nas Casas de Acolhimento, privilegiando ambientes de natureza familiar e cuidados individualizados, ajustados às necessidades de cada criança/jovem. A concretização deste investimento constitui, sem dúvida, uma das prioridades estratégicas para o ano de 2027, permitindo à Santa Casa da Misericórdia de Santarém, continuar a realizar um trabalho na área da proteção à infância e juventude, assegurando melhores condições de acolhimento e de desenvolvimento integral.

Paralelamente, e em linha com este compromisso, foi também realizada uma candidatura por parte da Santa Casa da Misericórdia de Santarém para ser Entidade de Enquadramento para o Acolhimento Familiar. Esta iniciativa assume particular relevância tendo em conta a meta definida pelo Governo para 2030, que estabelece que o acolhimento familiar deverá constituir a resposta para 90% das situações de acolhimento de crianças até aos seis anos de idade. Porém, apesar dos esforços realizados nos últimos anos, nomeadamente através de campanhas de sensibilização e promoção do acolhimento familiar, Portugal permanece distante dos compromissos assumidos nesta matéria. Consideramos assim, que a Santa Casa da Misericórdia de Santarém, poderá assumir um papel relevante no reforço desta resposta ao nível do distrito, contribuindo para o aumento do número de famílias de acolhimento, através da constituição de uma equipa técnica especializada, responsável pela divulgação e promoção do acolhimento familiar, bem como pela captação, avaliação, formação e acompanhamento destas famílias.

A concretização desta resposta permitiria à Santa Casa da Misericórdia de Santarém consolidar uma resposta integrada no que diz respeito às medidas de colocação, previstas na Lei de Promoção e Proteção, abrangendo as duas modalidades de acolhimento, o acolhimento residencial, assegurado pelas Unidades Primeiro Passo e Lar dos Rapazes, e o acolhimento familiar, através da constituição e dinamização de uma bolsa de famílias de acolhimento no distrito de Santarém.

Desta forma, pretende-se reforçar a capacidade de intervenção da instituição no sistema de promoção e proteção, contribuindo para a diversificação das respostas disponíveis e, sobretudo, para que cada criança e jovem possa beneficiar da medida de acolhimento mais adequada às suas necessidades, privilegiando sempre o seu superior interesse.

Um dos grandes desafios que se tem vindo a intensificar é ao nível da captação e perfil dos recursos humanos para as equipas educativas da Casa de Acolhimento. As crianças e jovens que se encontram hoje em acolhimento residencial, apresentam em larga medida problemas graves de comportamento

e perturbação da saúde mental, com manifestação de agressividade física e verbal e recusa no cumprimento de normas sociais, isto implica que os profissionais tenham um perfil adaptado para conseguir responder às elevadas exigências da função. Porém, as dificuldades em encontrar recursos humanos tem sido um fator desestabilizador da própria dinâmica da Casa, que no último ano se pautou por constantes entradas e saídas, não permitindo a estabilização da equipa educativa o que condiciona a intervenção junto das crianças e jovens. Neste sentido, consideramos urgente repensar alternativas de modo a inverter esta situação, melhorando a qualidade da intervenção. Com o intuito de melhorar o apoio prestado à equipa educativa, planeamos iniciar em 2027 supervisão às equipas da Casa de Acolhimento, cumprindo assim com o disposto no artigo 35.º da Portaria n.º 450/2023, que refere que as Casas de Acolhimento devem garantir a supervisão externa com vista à promoção da qualidade do acolhimento. Pretende-se assim promover a capacidade reflexiva dos profissionais e a construção conjunta de estratégias e procedimentos de intervenção, bem como proporcionar ferramentas que contribuem para uma gestão emocional mais equilibrada por parte dos elementos da equipa.

No âmbito das iniciativas de inovação e empreendedorismo social, destaca-se a implementação, pela equipa da Casa de Acolhimento, do projeto ReViOP, no Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado, em funcionamento desde fevereiro de 2025.

Este projeto visa promover o desenvolvimento de competências cognitivas, emocionais e relacionais e sociais junto de alunos do 3.º ciclo com necessidades educativas específicas, através da realização de sessões de realidade virtual e da dinamização de Oficinas Participativas.

Com recurso a estas metodologias e atividades, pretende-se contribuir para o desenvolvimento pessoal e social dos alunos, de forma integrada e harmoniosa, potenciando o seu bem-estar, a qualidade de vida e a inclusão social, bem como promovendo a sua participação ativa e o desenvolvimento das suas capacidades e potencialidades.

2. Área da Anciania

2.1. ERPI de Santarém

A ERPI - Santarém é uma resposta social desenvolvida em estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que são desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem.

A ERPI – Santarém tem capacidade para integrar 31 clientes/utentes, número abrangido pelo Acordo de Cooperação estabelecido entre a SCMS e a Segurança Social, em que 4 das vagas estão no 2º piso,

partilhando o espaço e equipamentos com a ERPI Grandes Dependentes, e as restantes vagas no 3º piso do Edifício Sede.

Situação atual: desafios crescentes ao nível da prestação de cuidados, decorrentes do aumento da dependência e da complexidade das necessidades dos utentes; identifica-se a necessidade de reforçar a equipa de Ajudantes de Ação Direta, de forma a assegurar uma dotação adequada às necessidades dos utentes e aos rácios exigidos pela Segurança Social, bem como de continuar a ajustar a afetação dos recursos técnicos e de enfermagem; identificam-se necessidades de manutenção, conservação e melhoria de diferentes espaços, bem como de renovação de equipamentos de apoio aos utentes e de melhoria das condições de conforto, segurança e acessibilidade; persiste, igualmente, a necessidade de adequar o enquadramento institucional e o Acordo de Cooperação à realidade atual da resposta social.

Prioridades para 2027:

- ✓ Reforçar a equipa de Ajudantes de Ação Direta, adequando a dotação de pessoal às necessidades efetivas dos utentes e aos rácios legalmente exigidos;
- ✓ Melhorar a organização e articulação das equipas técnica, de saúde e operacional, promovendo uma intervenção multidisciplinar e uma gestão mais preventiva das necessidades dos utentes;
- ✓ Promover a revisão e atualização do Acordo de Cooperação com a Segurança Social, adequando a capacidade acordada, os recursos afetos e as condições de funcionamento da resposta social;
- ✓ Melhorar as condições de conforto, segurança, higiene e salubridade dos espaços físicos;
- ✓ Renovar e reforçar os equipamentos e produtos de apoio necessários à prestação de cuidados e à promoção da autonomia e bem-estar dos utentes;
- ✓ Reforçar a participação dos utentes e das famílias na vida institucional, promovendo atividades de convívio, partilha e aproximação à comunidade.

Projetos relevantes:

Melhoria e conservação das instalações: realização de intervenções de manutenção e valorização dos espaços, incluindo a pintura do piso 3, a substituição da porta de entrada, a recuperação do corrimão de apoio e a instalação de equipamento de ar condicionado na zona de estar, contribuindo para melhores condições de segurança e conforto.

Renovação de equipamentos e produtos de apoio: aquisição de cadeiras de rodas, cadeirões reclináveis, apoios para os pés, carrinho de enfermagem e outros equipamentos necessários à melhoria das condições de mobilidade, posicionamento e prestação de cuidados.

Reforço das condições de atendimento: aquisição de mobiliário para o Gabinete de Atendimento da Direção Técnica, proporcionando um espaço mais funcional, confortável e adequado ao acolhimento de utentes e familiares.

Projeto «Vamos Almoçar?»: dinamização de momentos de refeição partilhados entre utentes e familiares, promovendo a proximidade, o envolvimento das famílias e o reforço dos laços afetivos.

Dinamização de atividades inter-respostas sociais: continuidade da realização de atividades conjuntas com outras respostas sociais da Instituição, promovendo o convívio, a interação e o sentimento de pertença institucional.

2.2. ERPI de Grandes Dependentes

A ERPI – Lar de Grandes Dependentes constitui uma resposta social atípica, desenvolvida em estabelecimento de alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, destinada a pessoas em situação de grande dependência.

Neste contexto, são promovidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem e de reabilitação, de forma a garantir a manutenção da funcionalidade, o bem-estar e a qualidade de vida dos utentes.

A ERPI tem, atualmente, capacidade para 50 utentes, ao abrigo do Acordo de Cooperação celebrado com a Segurança Social.

Situação atual: necessidades de adequação das instalações físicas, quer ao nível da organização e funcionalidade dos espaços, quer no que respeita ao cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis às respostas sociais, nomeadamente os referenciais da Segurança Social, as exigências de segurança contra incêndios da ANEPC e as normas de higiene e segurança alimentar (HACCP); ao nível dos recursos humanos, identifica-se a necessidade de assegurar uma dotação adequada de Auxiliares de Ação Médica e de continuar a rever a afetação dos recursos de enfermagem, tendo em consideração os níveis de dependência dos utentes e as necessidades efetivas de cuidados; verifica-se, igualmente, a necessidade de renovação de mobiliário e equipamentos de apoio, nomeadamente camas articuladas, colchões, cadeirões e outros produtos que permitam melhorar as condições de posicionamento, prevenção de lesões por pressão, conforto e segurança dos utentes.

Prioridades para 2027

- ✓ Promover a requalificação e adaptação das instalações, assegurando melhores condições de funcionamento, segurança, higiene e salubridade e uma maior adequação aos requisitos legais e regulamentares.

- ✓ Reforçar a equipa de Ajudantes de Ação Direta, garantindo uma dotação de pessoal ajustada aos elevados níveis de dependência dos utentes e aos rácios exigidos pela Segurança Social.
- ✓ Adequar e formalizar a afetação dos recursos humanos, nomeadamente da equipa de enfermagem, às necessidades efetivas da resposta.
- ✓ Renovar o mobiliário e os equipamentos de apoio aos utentes, privilegiando soluções que promovam o conforto, a segurança, a funcionalidade e a qualidade dos cuidados.
- ✓ Reforçar a prevenção de lesões por pressão e melhorar as condições de posicionamento e mobilização dos utentes.
- ✓ Promover a diversificação das atividades de estimulação cognitiva, sensorial e sociocultural, assegurando a participação dos utentes de acordo com as suas capacidades e limitações.
- ✓ Promover a revisão e atualização do Acordo de Cooperação com a Segurança Social, adequando-o à realidade e às necessidades específicas da resposta.

Projetos relevantes

Projeto de requalificação da ERPI LGD: intervenção estruturante destinada à reorganização e adaptação dos espaços físicos, de forma a responder às exigências da Segurança Social, da ANEPC e às normas HACCP. Trata-se de um investimento prioritário para melhorar as condições de funcionamento da resposta, reforçar a segurança e assegurar a conformidade legal e regulamentar das instalações. A intervenção deverá integrar a primeira fase do projeto de requalificação do edifício, prevista para 2027.

Renovação do mobiliário e equipamentos de apoio: aquisição e substituição de camas articuladas, roupeiros, mesas de cabeceira e outros equipamentos, promovendo melhores condições de alojamento, conforto, dignidade e segurança dos utentes.

Reforço dos equipamentos de prevenção e posicionamento: aquisição de 30 colchões viscoelásticos anti-escaras, substituição de comandos de camas articuladas e aquisição de cadeirões fixos e reclináveis, contribuindo para a prevenção de lesões por pressão e para a melhoria das condições de repouso e posicionamento.

Reforço da estimulação cognitiva, sensorial e sociocultural: aquisição de materiais específicos de estimulação cognitiva, kits de estimulação sensorial e materiais de animação sociocultural, permitindo diversificar as atividades e proporcionar experiências ajustadas às capacidades e necessidades dos utentes, incluindo os que apresentam maiores limitações cognitivas e funcionais.

Aquisição de rádios para os quartos: disponibilização de equipamentos que permitam aos utentes aceder a conteúdos de comunicação social e estímulos auditivos, respeitando os seus gostos e preferências individuais e contribuindo para um ambiente mais acolhedor.

2.3. Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos (CATEI)

Caracterização: O Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos (CATEI), é um equipamento social para acolhimento temporário ou permanente, em estrutura residencial, destinado a acolher idosos em situação de risco social, com carácter de emergência.

A institucionalização/ admissão dos utentes desta resposta é da responsabilidade do Centro Distrital de Segurança Social de Santarém (CDSSS), sendo que a lotação do equipamento não poderá exceder os 13 utentes - número correspondente ao acordo celebrado entre a SCMS e o CDSSS.

O CATEI funciona nas instalações da ERPI – Lar de Grandes Dependentes, partilhando todo o tipo de recurso necessários ao seu funcionamento com esta resposta social.

Situação atual: ao nível das instalações, a resposta integra o processo de requalificação do edifício da Sede, sendo necessária a adequação dos espaços físicos às exigências aplicáveis, nomeadamente em matéria de segurança, higiene, salubridade e funcionalidade; identifica-se também a necessidade de articular a melhoria das condições físicas e organizacionais com a revisão do respetivo Acordo de Cooperação, garantindo um enquadramento institucional adequado à realidade da resposta.

Prioridades para 2027

- ✓ Promover a revisão e atualização do Acordo de Cooperação com a Segurança Social;
- ✓ Rever e formalizar a afetação dos recursos humanos, nomeadamente da equipa de enfermagem, assegurando a correspondência entre a distribuição dos profissionais e as funções efetivamente desempenhadas;
- ✓ Integrar o CATEI no processo de requalificação das instalações da Sede, promovendo a melhoria das condições de segurança, higiene, salubridade e funcionalidade dos espaços;
- ✓ Reavaliar as necessidades de equipamentos e materiais de apoio à prestação de cuidados, assegurando condições adequadas ao acompanhamento dos utentes;
- ✓ Reforçar a articulação entre as equipas técnicas e de saúde, promovendo uma intervenção integrada e ajustada às necessidades individuais dos utentes;
- ✓ Prosseguir a adequação dos procedimentos e práticas institucionais aos requisitos legais e regulamentares aplicáveis;

Projetos relevantes

Integração no projeto de requalificação do edifício da Sede: participação na primeira fase das intervenções de requalificação previstas para 2027, abrangendo os espaços afetos ao CATEI, à ERPI LGD e a parte da capacidade da ERPI Santarém. Este investimento assume particular importância na melhoria das condições físicas e funcionais das instalações e na adequação às exigências da Segurança Social e das entidades competentes em matéria de segurança e higiene.

Revisão e atualização do Acordo de Cooperação: desenvolvimento do processo de revisão junto da Segurança Social, procurando adequar o enquadramento institucional, a capacidade acordada e os recursos afetos à realidade da resposta social.

2.4. ERPI de São Domingos

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas de São Domingos, situada nas Fontainhas, em Santarém, é gerida pela Santa Casa da Misericórdia de Santarém desde dezembro de 2013, ao abrigo de um Acordo de Gestão e Cooperação com a Segurança Social. Destina-se ao acolhimento de pessoas idosas que, pela sua situação de dependência, fragilidade ou insuficiência de suporte familiar, necessitam de acompanhamento e de cuidados permanentes.

A resposta social tem capacidade para 67 residentes, distribuídos por 49 vagas comparticipadas, 16 vagas reservadas à Segurança Social e duas vagas destinadas a altas hospitalares, funcionando durante as 24 horas do dia, ao longo de todo o ano.

Assegura alojamento, alimentação, cuidados de higiene pessoal e imagem, tratamento de roupa, acompanhamento médico, de enfermagem e de fisioterapia, administração da medicação prescrita, apoio psicossocial e religioso, atividades de animação sociocultural e ocupacional, transporte e apoio administrativo. A intervenção procura preservar a dignidade, a autonomia e a qualidade de vida dos residentes, valorizando a participação das famílias e a ligação à comunidade.

Situação atual

Identifica-se a necessidade de adequar progressivamente as instalações, os equipamentos e a organização dos cuidados ao perfil dos residentes. O Relatório de Atividades de 2025 identifica uma população envelhecida, com média de idades de 86 anos e elevada incidência de dependência física e de alterações cognitivas. Nesse período, 21 residentes apresentavam dependência total e 12 dependência severa, demonstrando a exigência do acompanhamento e a necessidade de cuidados individualizados.

Ao nível das instalações, foram identificadas necessidades de conservação e requalificação, nomeadamente nas casas de banho, copa, refeitório, pavimentos e equipamentos de apoio. A existência de mobiliário desadequado ou obsoleto e a dependência de um único elevador constituem

igualmente condicionantes ao conforto dos residentes e à prestação de cuidados. Estas necessidades deverão ser reavaliadas à luz das intervenções entretanto realizadas, para definir as prioridades de execução em 2027.

Na gestão dos recursos humanos, destacam-se as dificuldades de substituição de trabalhadores ausentes, a exigência da organização das escalas e a necessidade de assegurar equipas ajustadas à dependência dos residentes. A ocorrência constante de baixas de curta duração tem um impacto significativo na gestão diária do serviço, exigindo reajustes frequentes das escalas, redistribuição de tarefas e recurso a substituições ou trabalho suplementar, com consequente sobrecarga para os profissionais presentes e acréscimo dos custos de funcionamento. Neste contexto, o reforço do turno noturno e o acompanhamento dos cuidados de higiene no período da manhã assumem particular relevância para a continuidade e qualidade do serviço.

Prioridades para 2027

Em 2027, a intervenção da ERPI de São Domingos terá como prioridades a melhoria das condições de habitabilidade, a qualificação dos cuidados e o reforço da sustentabilidade da resposta social.

Pretende-se melhorar as condições de higiene e funcionalidade das casas de banho, através da aquisição de 11 tampos de sanitas e 22 espelhos retangulares, e promover a renovação dos espaços, com intervenções de conservação, aquisição de mobiliário e decoração.

No âmbito dos cuidados diretos, estabelece-se como objetivo assegurar a presença de três auxiliares no turno da noite, com organização das substituições necessárias e validação do dimensionamento da equipa em função da lotação, do grau de dependência dos residentes e dos requisitos legais aplicáveis.

Prevê-se também a promoção de uma auxiliar a Encarregada de Sector, para acompanhar a organização e execução dos cuidados de higiene no turno da manhã, em articulação com a Direção Técnica e a equipa de enfermagem.

A aquisição de seis camas elétricas articuladas e seis cadeirões geriátricos reclináveis permitirá melhorar o conforto, o posicionamento e o apoio postural dos residentes, facilitar a prestação de cuidados e reduzir o esforço físico dos trabalhadores. A seleção dos cadeirões terá em consideração as necessidades dos residentes, a facilidade de higienização e a segurança na utilização.

Complementarmente, pretende-se adquirir uma trituradora industrial de alimentos, adequada ao volume de refeições preparadas e às necessidades de confeção de dietas de textura modificada.

A concretização destas prioridades será acompanhada pela mobilização de parceiros, angariação de apoios e monitorização da execução física e financeira das atividades.

Projetos relevantes

Projeto Renovar ERPI SD

Este projeto pretende promover a requalificação faseada dos espaços da ERPI, através da colaboração de voluntários e da apresentação de pedidos de apoio financeiro, materiais ou serviços a empresas. A sua execução deverá partir de um levantamento das necessidades e da definição das intervenções prioritárias, articulando os apoios obtidos com os recursos disponíveis.

A iniciativa permitirá melhorar o ambiente residencial e as condições de acolhimento, envolvendo a comunidade na valorização da resposta social. A participação de voluntários será devidamente enquadrada e complementar ao trabalho dos profissionais.

Reforço e organização da equipa de cuidados

A garantia de três auxiliares no turno da noite e a promoção de uma auxiliar a Encarregada de Sector constituem medidas centrais para melhorar a continuidade do acompanhamento e a organização do serviço. A Encarregada terá particular intervenção no turno da manhã, apoiando a distribuição do trabalho, o acompanhamento dos cuidados de higiene e a identificação de necessidades de melhoria, em articulação com os profissionais responsáveis.

Modernização dos equipamentos e melhoria dos espaços

Prevê-se a aquisição de seis camas elétricas articuladas, seis cadeirões geriátricos reclináveis, uma trituradora industrial de alimentos, 11 tampos de sanitas e 22 espelhos retangulares. Estes investimentos procuram responder a necessidades concretas de conforto, higiene, segurança e eficiência dos serviços.

A aquisição dos seis cadeirões geriátricos reclináveis, com um custo estimado de 2.400,00 €, correspondente a 400,00 € por unidade, permitirá substituir mobiliário desadequado e proporcionar melhores condições de conforto e apoio postural aos residentes. Este valor ficará sujeito à confirmação por orçamento.

Está igualmente prevista uma verba de 500,00 € para móveis e decoração, destinada a tornar os espaços mais acolhedores e funcionais, respeitando as necessidades de circulação e acessibilidade dos residentes. Esta verba é distinta do investimento previsto para os cadeirões.

2.5. Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) é uma resposta social que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e/ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e/ou psíquica, que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas

necessidades básicas e/ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

No âmbito do Serviço de Apoio Domiciliário, a intervenção social centra-se na pessoa, procurando dar resposta às suas necessidades e expectativas, através de cuidados e serviços personalizados que promovam a sua qualidade de vida, autonomia e bem-estar.

A prestação de cuidados é realizada no domicílio dos(as) clientes/utentes e integra, atualmente, os seguintes serviços:

- ✓ Cuidados de higiene e conforto pessoal;
- ✓ Higiene habitacional;
- ✓ Fornecimento de refeições, respeitando as dietas com prescrição médica;
- ✓ Tratamento de roupas de uso pessoal e de cama do(a) cliente/utente.

O SAD pode ainda assegurar outros serviços, designadamente:

- ✓ Apoio psicossocial;
- ✓ Transporte para atividades socioculturais e outras;
- ✓ Cuidados de imagem;
- ✓ Realização de pequenas modificações ou reparações no domicílio.

Os cuidados e serviços são assegurados por uma equipa multidisciplinar de profissionais com formação específica, de forma a garantir a sua qualidade e eficácia, sendo constituída por:

- ✓ Diretor(a) Técnico(a);
- ✓ Técnico(a) Superior de Serviço Social;
- ✓ Ajudantes Familiares/Domiciliários;
- ✓ Trabalhador(a) de Serviços Gerais.

O SAD funciona 365 dias por ano, em regime diurno, incluindo sábados, domingos e feriados. Dispõe de acordo de cooperação para 103 clientes/utentes, com capacidade para 110. É uma resposta social certificada pelo programa de certificação da qualidade nos serviços sociais EQUASS, desde 2017.

Atualmente, o Serviço de Apoio Domiciliário acompanha cerca de 90 utentes, verificando-se um aumento dos níveis de dependência e das necessidades de cuidados, exigindo maior tempo de permanência nos domicílios.

Apesar de o quadro de pessoal se encontrar completo, ao longo de 2026 verificaram-se constrangimentos significativos ao nível dos recursos humanos, devido à ocorrência de baixas médicas em simultâneo e de faltas diárias imprevistas, dificultando a organização das equipas e, consequentemente, a gestão de novas admissões.

Acrescem ainda algumas dificuldades relacionadas com a antiguidade das viaturas, que por vezes condicionam a distribuição das refeições e provocam atrasos nas entregas, gerando algum descontentamento junto dos utentes.

Por outro lado, as carrinhas já apresentam alguns sinais de desgaste, devido aos muitos anos de utilização, não oferecendo as melhores condições de higiene, segurança e conforto para as trabalhadoras. Também ao nível da ergonomia, as viaturas não são as mais adequadas, podendo comprometer o bem-estar dos colaboradores durante o exercício das suas funções.

Neste sentido, para 2027, pretende-se melhorar a organização e o funcionamento do serviço, através do reforço da equipa, de forma a colmatar as necessidades de recursos humanos, aumentar a capacidade de resposta e possibilitar a admissão de novos utentes, mantendo a qualidade dos serviços prestados.

Relativamente à atividade do Dia do Idoso, pretende-se promover o bem-estar, a autonomia e a participação dos utentes, dando resposta à crescente necessidade de acompanhamento emocional, associada a situações de solidão e isolamento social.

Em suma, o Plano de Atividades para 2027 pretende dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo Serviço de Apoio Domiciliário, procurando responder de forma cada vez mais adequada às necessidades dos utentes. Através do reforço dos recursos humanos, da melhoria da organização e do funcionamento do serviço, bem como, da promoção de iniciativas de convívio e participação, pretende-se aumentar a capacidade de resposta, reforçar a qualidade dos cuidados prestados e contribuir para o bem-estar e a qualidade de vida dos utentes.

O SAD continuará, assim, a assumir o compromisso de prestar um serviço humanizado, individualizado e de qualidade, valorizando a dignidade, a autonomia e a satisfação de cada utente, promovendo simultaneamente a melhoria contínua dos serviços e o desenvolvimento da resposta social.

2.6. Centro de Dia

O Centro de Dia constitui uma Resposta Social, cujo potencial importa desenvolver, na dinâmica do seu crescimento, assente na qualidade dos cuidados que assegura e no seu propósito de contribuir para a ambicionada sustentabilidade económica da Instituição.

Cabe, ainda, sublinhar, que o reconhecimento formal e explícito, mediante certificação internacional desta valência (EQUASS), representa uma responsabilidade acrescida e justifica o imperativo de alcançar o preenchimento total das suas disponibilidades quanto à admissão de novos utentes.

3. Área da Família e da Comunidade

3.1. Centro de Atendimento e Acolhimento Social (CAAS)

O Centro de Atendimento e Acolhimento Social (CAAS) é uma resposta social atípica, dirigida a pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou exclusão social, que procura assegurar o apoio necessário à satisfação das suas necessidades e à promoção de processos de mudança.

A intervenção desenvolvida pelo CAAS tem como principal objetivo proporcionar um contexto facilitador e promotor de mudança, potenciando a (re)inserção das pessoas nos diferentes contextos sociais e comunitários, de acordo com os seus projetos de vida.

Paralelamente, procura minimizar os danos associados aos fatores de risco e/ou perigo presentes nos percursos de vida das pessoas acompanhadas, promovendo condições que contribuam para a sua proteção, capacitação e autonomização.

Com vista a assegurar a satisfação das necessidades básicas e a proporcionar respostas ajustadas às diferentes situações, o CAAS disponibiliza um conjunto diversificado de recursos e serviços, nomeadamente:

- ✓ Acompanhamento psicossocial;
- ✓ Apoio alimentar;
- ✓ Alojamento;
- ✓ Balneário e tratamento de roupa;
- ✓ Banco de roupas;
- ✓ Atividades de voluntariado.

As alterações introduzidas no modelo de atendimento integrado, operacionalizado na comunidade, trouxeram novas dinâmicas à intervenção da resposta social. Neste contexto, o CAAS passou a assegurar os pedidos de integração provenientes das equipas do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social.

Esta alteração na forma de acesso à Resposta não modificou a sua essência, a mesma veio reforçar o compromisso com uma intervenção articulada, sistémica e assente no trabalho em rede.

A cooperação entre os diferentes serviços e profissionais permite uma intervenção mais integrada e consistente, capaz de produzir um maior impacto nos percursos de vida das pessoas acompanhadas e de promover processos de mudança mais robustos.

Ao nível das condições de funcionamento, o CAAS continua a apresentar necessidades de intervenção no espaço físico e de renovação de equipamentos, de modo a garantir condições adequadas de utilização, conforto, segurança e qualidade dos serviços prestados às pessoas acompanhadas.

Estas necessidades têm sido identificadas, quer nas visitas de acompanhamento realizadas pela técnica da Segurança Social, quer no âmbito das auditorias internas realizadas no âmbito do HACCP.

Neste sentido no Plano de Atividades para 2027, reiteramos as seguintes ações:

- ✓ Realização de obras de melhoria e pintura dos diferentes espaços físicos da resposta social;
- ✓ Remodelação do mobiliário do refeitório, da copa e dos quartos;
- ✓ Aquisição e renovação de equipamentos da copa;
- ✓ Reformulação integral do sistema de esgotos da copa;
- ✓ Substituição do pavimento por um material resistente, impermeável e imputrescível.

Com estas intervenções, pretendemos melhorar as condições físicas e funcionais do CAAS, assegurando a qualidade, a segurança e a adequação dos espaços.

A concretização destas melhorias permitirá preservar a essência e os princípios orientadores da intervenção desenvolvida, reforçando simultaneamente as condições ajustadas ao cumprimento da missão e dos objetivos da resposta social.

3.2. Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)

Apesar das profundas transformações sociais a que temos assistido, que se refletem nos diferentes sistemas e contextos de vida, a família continua a assumir um papel fundamental no desenvolvimento da criança e do jovem, um contexto privilegiado de aprendizagem, aquisição de competências e construção de fatores de proteção.

O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) é uma resposta social de apoio especializado às famílias com crianças e/ou jovens, que tem como principal objetivo prevenir e reparar situações de risco e perigo, através da promoção de competências parentais, pessoais e sociais (Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril).

Neste sentido, o CAFAP assume um papel relevante na identificação, prevenção e reparação de situações de risco psicossocial, promovendo uma parentalidade positiva e o desenvolvimento de competências que favoreçam o exercício das funções parentais e o bem-estar familiar.

A intervenção privilegia o desenvolvimento integral das crianças e jovens, valorizando a família e o seu meio natural de vida enquanto contextos fundamentais de proteção e desenvolvimento.

O modelo de funcionamento da resposta é sustentado numa abordagem ecológica e sistémica, que procura compreender as dinâmicas familiares e a sua relação com os diferentes contextos envolventes, valorizando as potencialidades, os recursos e as redes de suporte de cada família.

Atualmente, o CAFAP tem uma capacidade de acompanhamento de 80 famílias, distribuídas pelos três eixos de intervenção:

- ✓ Preservação Familiar: 40 famílias;
- ✓ Reunificação Familiar: 25 famílias;
- ✓ Ponto de Encontro Familiar: 15 famílias.

Durante o primeiro ano de funcionamento do CAFAP, priorizamos a constituição da equipa técnica, na construção de parcerias e a definição de um modelo de intervenção transversal à equipa multidisciplinar, que permitisse responder de forma integrada às diferentes necessidades das famílias. Paralelamente, foram asseguradas as restantes atividades inerentes ao funcionamento da resposta social.

No segundo ano de execução, registaram-se novamente alterações na constituição da equipa, o que implicou a implementação de estratégias de integração e acompanhamento dos diferentes profissionais, procurando assegurar a continuidade e a consistência da intervenção. Neste período, foi igualmente reforçada a formação e capacitação da equipa, a consolidação das parcerias e o trabalho em rede, mantendo o desenvolvimento das restantes atividades previstas no funcionamento do CAFAP.

Para o Plano de Atividades de 2027, pretendemos dar continuidade ao trabalho desenvolvido, reforçando a qualidade e a adequação da intervenção às características e necessidades específicas de cada família. Neste sentido, identificamos como prioritárias as seguintes ações:

- ✓ Dinamização de ações diferenciadas, ajustadas às problemáticas, necessidades e características das famílias acompanhadas;
- ✓ Operacionalização de treinos de competências parentais e familiares, promovendo a aquisição e consolidação de estratégias facilitadoras de uma parentalidade positiva;
- ✓ Desenvolvimento de atividades complementares que contribuam para o reforço das competências pessoais, parentais, relacionais e familiares;
- ✓ Elaboração e aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação e diagnóstico, bem como dos instrumentos de suporte à definição, acompanhamento e avaliação da intervenção da equipa técnica;
- ✓ Continuidade na capacitação e formação da equipa técnica, promovendo a atualização de conhecimentos, a reflexão sobre as práticas e a consistência do modelo de intervenção.

Pretendemos dar continuidade à identidade e o modelo de intervenção do CAFAP, reforçando a qualidade das práticas desenvolvidas e a capacidade de resposta às diferentes realidades familiares. O investimento na capacitação da equipa, na articulação em rede e na adequação das estratégias de intervenção constitui uma condição fundamental para promover processos de mudança sustentados, fortalecer as competências das famílias e contribuir para a proteção e o desenvolvimento integral das crianças e jovens e respetivas famílias.

3.3. Rendimento Social de Inserção (RSI)

A Santa Casa da Misericórdia de Santarém desenvolve, desde 2005, acompanhamento social no âmbito do Rendimento Social de Inserção (RSI), dirigido a pessoas e famílias do concelho em situação de vulnerabilidade económica e social. Esta intervenção assenta no acompanhamento individualizado, através de atendimentos, visitas domiciliárias, encaminhamentos e articulação com os serviços da comunidade, no quadro do Modelo de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado de Santarém (MAASIS).

À data de preparação do Plano, são acompanhadas cerca de 160 famílias, com necessidades diversificadas nas áreas do emprego, formação, saúde e acesso a apoios sociais. A intervenção procura promover competências, autonomia e inclusão, contribuindo para a melhoria das condições de vida dos beneficiários.

Desafios e prioridades de intervenção para 2027

Para 2027, a intervenção no âmbito do Rendimento Social de Inserção continuará centrada no acompanhamento próximo e individualizado das pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, procurando reforçar a sua autonomia, desenvolver competências pessoais e sociais e promover uma maior participação na comunidade.

Neste contexto, as principais prioridades passam pela dinamização de quatro ateliers semanais de expressão artística e ocupacional, proporcionando espaços de aprendizagem, convívio e desenvolvimento de competências. Pretende-se igualmente valorizar os trabalhos realizados pelos participantes, através de uma exposição de macramé, em articulação com o Serviço de Património Histórico-Cultural, bem como de iniciativas de exposição e venda em épocas festivas, nomeadamente na Páscoa e no Natal.

A capacitação das famílias constitui outra área prioritária, através da promoção de ações de sensibilização sobre competências parentais, assiduidade escolar, literacia em saúde e prevenção da doença, procurando responder às necessidades identificadas no acompanhamento social.

Paralelamente, pretende-se melhorar as condições de trabalho da equipa, nomeadamente através da modernização dos meios tecnológicos, com a aquisição prevista de dois computadores portáteis e dois telemóveis, sujeita à necessária aprovação.

Estas prioridades refletem o compromisso com uma intervenção social mais próxima, participativa e ajustada às necessidades dos beneficiários, valorizando as suas capacidades e contribuindo para a melhoria das suas condições de vida e inclusão social.

4. Área da Saúde

4.1. Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção (UCCLDM)

A Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção (UCCLDM) constitui uma resposta estrutural de internamento focada na prestação de cuidados clínicos, reabilitação e manutenção a utentes com dependência. O serviço assenta numa intervenção multidisciplinar integrada — envolvendo as áreas de medicina, enfermagem, fisioterapia e terapia ocupacional —, com o objetivo primordial de promover a dignidade, a autonomia possível e o bem-estar biopsicossocial de cada utente.

No diagnóstico da situação atual, a unidade encontra-se numa fase de expansão. Este enquadramento acarreta o desafio diário de gerir a execução das obras e o apetrechamento dos novos espaços sem perturbar a rotina, o conforto e a segurança na prestação de cuidados. Adicionalmente, identificou-se a necessidade premente de reforçar a segurança física das instalações, nomeadamente ao nível do controlo de entradas e saídas, bem como a urgência na aquisição de equipamentos clínicos de resposta a emergências.

Para o ano de 2027, a grande prioridade estratégica é concluir com sucesso a transição e a estabilização da expansão da unidade para a sua nova capacidade máxima de 25 camas. Em paralelo, pretende-se consolidar o modelo de cuidado centrado na pessoa e otimizar os planos terapêuticos integrados, estreitando a articulação entre as rotinas clínicas e os planos de reabilitação e estimulação cognitiva, garantindo um ambiente protegido e estimulante.

No âmbito dos projetos e investimentos relevantes para o próximo ano, destaca-se a conclusão do apetrechamento das 4 novas camas (no âmbito do financiamento PRR). Complementarmente, propõe-se a ativação de um novo sistema centralizado de controlo de acessos eletrónico e videoporteiro, uma medida essencial para a proteção dos utentes e para a regulação segura das entradas na unidade. Por fim, será concretizada a instalação, sinalização e integração da UCC na nova rede de Desfibrilhação Automática Externa (DAE), ação que será acompanhada da respetiva capacitação e treino da equipa de saúde.

4.2. Equipa de Enfermagem

A equipa de enfermagem constitui um serviço transversal e o pilar da prestação contínua de cuidados de saúde, vigilância clínica e resposta a emergências em várias respostas sociais da instituição,

nomeadamente na Unidade de Cuidados Continuados (UCC), na ERPI Lar de Grandes Dependentes (ERPI LGD) e ERPI Santarém (ERPI STR) e na ERPI S. Domingos (ERPI SD). Atualmente, a equipa é composta por 15 elementos (7 afetos à UCC, 4 à ERPI LGD e STR e 4 à ERPI SD), assegurando a ligação fundamental entre os utentes, as famílias e a restante equipa multidisciplinar.

No diagnóstico da situação atual, identifica-se que a dispersão de utentes com perfis clínicos e graus de dependência muito distintos pelas várias ERPI's dilui a capacidade de resposta da equipa de enfermagem, dificultando a otimização dos recursos disponíveis. Em paralelo, verifica-se também, que a cobertura de enfermagem nas ERPI´s se encontra limitada ao período diurno (das 8h00 às 20h00), deixando uma lacuna crítica na vigilância clínica noturna. Ao nível da segurança física das instalações, subsiste uma vulnerabilidade acentuada na capacidade de evacuação do edifício sede, dada a inexistência de vias de fuga verticais, e a ausência de equipamentos de extração rápida adequados à elevada dependência motora e falta de mobilidade autónoma da maioria dos utentes.

Para 2027, a grande prioridade estratégica assenta na reestruturação e organização do internamento nas ERPI's com base na estratificação do nível de dependência em cuidados de saúde dos utentes. Ao agrupar os utentes por perfis de dependência, será possível concentrar e potenciar os recursos humanos e materiais onde são mais prementes, garantindo uma resposta clínica mais eficiente e segura. Contudo, a criação destes núcleos de elevada dependência exige uma vigilância clínica mais robusta. Neste sentido, para que esta reestruturação seja efetiva, é prioritário o alargamento da cobertura de enfermagem na ERPI LGD e STR, numa primeira fase, até às 24h00 (transitando do atual horário 8h-20h para as 8h-24h). Para concretizar esta otimização, é fundamental o reforço da equipa, propondo-se a contratação de 2 novos enfermeiros para a ERPI LGD e STR (com a estimativa de uma admissão por semestre), aproximando-nos da meta institucional de 21 enfermeiros.

Ainda no âmbito dos projetos relevantes e investimentos prioritários para o próximo ano, destaca-se a imperativa resolução das falhas de segurança no plano de evacuação de emergência. Para tal, está proposta a aquisição de lonas de evacuação, destinadas a todos os utentes dependentes. Complementarmente, considera-se crítico o planeamento e a instalação de um monta-cargas no exterior do edifício sede, viabilizando a evacuação segura de utentes acamados, dando também resposta a situações onde o elevador comum se encontre inutilizado.

5. Serviços Transversais

5.1. Departamento de Recursos Humanos

O Departamento de Recursos Humanos (DRH) da Santa Casa da Misericórdia de Santarém constitui um serviço de suporte técnico e estratégico responsável pela gestão integrada dos recursos humanos da Instituição, assegurando o cumprimento das disposições legais, regulamentares e organizacionais aplicáveis ao vínculo laboral e à gestão de pessoas.

Compete ao DRH desenvolver e acompanhar os processos de recrutamento e seleção, admissão, acolhimento e integração de trabalhadores, gestão contratual, processamento de remunerações, controlo de assiduidade e tempos de trabalho, avaliação de desempenho, formação profissional, saúde e segurança no trabalho, gestão de carreiras e procedimentos disciplinares, bem como prestar apoio técnico aos órgãos de gestão e às chefias em matérias de natureza laboral.

Enquanto serviço transversal, o DRH presta apoio a todas as respostas sociais e serviços da Instituição, contribuindo para a valorização dos recursos humanos, a promoção de boas práticas de gestão, o desenvolvimento das competências dos(as) trabalhadores(as) e a prossecução da missão, visão e valores da Santa Casa da Misericórdia de Santarém.

O seu público-alvo abrange trabalhadores(as), dirigentes, chefias intermédias, candidatos(as) a recrutamento, estagiários(as), voluntários(as) e demais colaboradores(as) da Instituição, bem como entidades externas com as quais existam relações ou obrigações de natureza laboral, formativa, administrativa ou inspetiva.

5.2. Departamento da Qualidade

Em 2027, a intervenção da área da Qualidade estará centrada na consolidação do Sistema de Gestão da Qualidade da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, privilegiando a atualização documental, a realização de auditorias internas e o acompanhamento dos indicadores de desempenho e das oportunidades de melhoria identificadas.

Pretende-se reforçar uma abordagem prática e de proximidade às respostas sociais e serviços, promovendo a melhoria contínua dos processos e a utilização dos instrumentos de gestão já implementados, de forma ajustada aos recursos disponíveis e às necessidades da Instituição.

5.3. Serviço de TIC e Obras e Manutenção

O Serviço de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) assegura o funcionamento, a manutenção e a segurança das infraestruturas tecnológicas da Instituição, prestando apoio aos diferentes serviços e utilizadores.

Para 2027, prevê-se a modernização da infraestrutura informática, nomeadamente através da renovação de servidores, equipamentos de rede e sistemas de segurança. Será igualmente dada especial atenção à cibersegurança, prevendo-se o recurso a uma empresa externa especializada para apoiar a avaliação dos riscos, a implementação de medidas de proteção e o cumprimento dos requisitos normativos aplicáveis.

O Serviço de Obras e Manutenção assegura a conservação e manutenção das instalações e equipamentos da Instituição, contribuindo para a segurança, o conforto e o funcionamento adequado das respostas sociais.

Em 2027, as principais intervenções previstas incidem na avaliação e melhoria das condições dos edifícios, na reparação dos sistemas de aquecimento, na manutenção dos equipamentos essenciais e na implementação de medidas de segurança, nomeadamente ao nível da proteção contra incêndios.

5.4. Serviço de Lavandaria

Para 2027, prevê-se a renovação e modernização dos equipamentos da Lavandaria, procurando melhorar as condições de funcionamento, aumentar a eficiência operacional e assegurar uma resposta adequada às necessidades das diferentes respostas sociais da Instituição.

5.5. Serviço de Nutrição e Alimentação

O Serviço de Nutrição e Alimentação assegura o apoio técnico e operacional a todas as respostas sociais da Instituição, através do fornecimento de refeições equilibradas do ponto de vista nutricional, seguras em termos microbiológicos e adequadas às necessidades clínicas dos clientes/utentes e dos colaboradores.

Desempenha ainda funções de supervisão técnica na implementação e monitorização do sistema HACCP nas diversas áreas alimentares da Instituição. Paralelamente, realiza intervenção nutricional especializada junto dos clientes/utentes, sempre que sinalizado pelas respetivas equipas técnicas.

Para o ano de 2027, foram identificados os seguintes desafios estratégicos para o Serviço de Nutrição e Alimentação:

- ✓ Reforçar as competências e o desempenho da equipa, através da promoção de ações de formação contínua e partilha de boas práticas, visando o aumento do conhecimento técnico e da eficácia operacional.
- ✓ Melhorar as condições de trabalho dos manipuladores de alimentos na Cozinha Central, mediante a implementação de soluções de climatização adequadas, que contribuam para um ambiente de trabalho mais seguro e confortável.
- ✓ Promover a renovação e modernização dos equipamentos, através da substituição de equipamentos obsoletos e da aquisição de novos equipamentos industriais, garantindo maior eficiência energética, melhor desempenho técnico e fiabilidade operacional, bem como a otimização dos processos de produção alimentar, nomeadamente na confeção de pratos pastosos.
- ✓ Reforçar as condições de conservação e armazenamento dos géneros alimentares, através da aquisição de equipamentos de frio adequados, permitindo uma melhor segregação dos produtos e reduzindo o risco de contaminação cruzada, nomeadamente por alergénios, reforçando a segurança alimentar e a proteção dos utentes.
- ✓ Promover a sustentabilidade ambiental do serviço, através da revisão dos processos de produção alimentar, com especial enfoque no tratamento de sobras, na redução do desperdício alimentar e na gestão adequada de resíduos.
- ✓ Assegurar a monitorização regular do estado nutricional dos clientes/utentes das respostas de internamento, através da aquisição de balanças adequadas, permitindo uma avaliação contínua do peso corporal e a sinalização mais adequada dos clientes/utentes que necessitam de intervenções nutricionais individualizadas.

5.6. Serviço de Aprovisionamento

O Serviço de Aprovisionamento assegura o abastecimento de todas as respostas sociais e serviços da Instituição, incluindo o Serviço de Nutrição e Alimentação, através da aquisição, receção, armazenamento e distribuição de produtos e materiais, garantindo a disponibilidade atempada dos recursos, a continuidade dos serviços e a gestão eficiente dos stocks e dos recursos institucionais.

Os desafios para o Serviço de Aprovisionamento serão os seguintes:

- ✓ Reforçar as competências e o desempenho da equipa, através da promoção de ações de formação nas áreas da gestão de stocks, indicadores de desempenho e ferramentas informáticas, visando aumentar o conhecimento técnico e melhorar a eficácia operacional.
- ✓ Garantir a transferência e reorganização do Serviço de Aprovisionamento para as antigas instalações da Liga Portuguesa Contra o Cancro, através da adaptação e organização dos

espaços às necessidades funcionais do serviço, assegurando condições adequadas de funcionamento, armazenamento, higiene, segurança alimentar e saúde e segurança no trabalho.

5.7. Serviço de Voluntariado

«A necessidade de ajudar o próximo ou a vontade de fazer algo de útil na comunidade onde vivo» continuam a constituir algumas das principais motivações que levam as pessoas ao exercício do voluntariado.

A Misericórdia de Santarém tem uma longa tradição nesta área, sustentada não só pelos valores e princípios que orientam a sua missão, mas também pela experiência e pelo trabalho desenvolvido ao longo dos anos com os seus voluntários.

O voluntariado tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante nos diferentes contextos sociais, constituindo uma expressão de participação e responsabilidade cívica. Para além de complementar a intervenção desenvolvida pelas organizações públicas e privadas, contribui para o fortalecimento dos laços comunitários, para a redução das desigualdades e para a construção de uma sociedade mais solidária e inclusiva.

Na Misericórdia de Santarém, os programas de voluntariado desenvolvem-se em diferentes áreas de intervenção, tendo como elemento central a relação de proximidade estabelecida entre os voluntários e as pessoas que beneficiam do seu apoio. Esta dimensão relacional constitui uma mais-valia para a intervenção institucional, acrescentando valor às respostas sociais e aos diferentes serviços.

A Instituição reconhece a importância dos voluntários e o contributo das ações que desenvolvem, mantendo um grupo coeso e disponível, que colabora nas áreas da Anciania, Crianças e Jovens, Família e Comunidade, bem como no apoio a diferentes serviços institucionais.

Com vista à valorização desta prática e à melhoria contínua dos programas existentes, propomos para o ano de 2027 o desenvolvimento das seguintes ações:

- ✓ Manutenção e atualização dos diferentes programas de voluntariado;
- ✓ Promoção de ações de formação inicial e contínua dirigidas aos voluntários;
- ✓ Continuidade e reforço das parcerias com as diferentes instituições de ensino superior da cidade de Santarém;
- ✓ Submissão de candidaturas a programas e iniciativas na área do voluntariado.

Através destas ações, pretendemos continuar a valorizar e consolidar o voluntariado na Misericórdia de Santarém, reconhecendo a participação, proximidade e a solidariedade manifestada por estes, nas diferentes interações desenvolvidas.

Desta forma, pretendemos dar continuidade à qualidade das intervenções e à complementaridade com o trabalho desenvolvido pelas equipas técnicas, em alinhamento com a missão da Instituição.

5.8. Serviço de Património Histórico-Cultural

O Serviço de Património Histórico-Cultural da Santa Casa da Misericórdia de Santarém tem como missão preservar, valorizar e divulgar o património histórico, artístico e religioso da Instituição, assegurando a transmissão da sua memória e o reforço da ligação à comunidade. A sua atuação orienta-se pelos valores institucionais de justiça, ética, solidariedade, equidade e qualidade. Dirige-se aos visitantes, aos turistas, à comunidade local, às escolas e aos investigadores, através de visitas orientadas, iniciativas culturais e educativas e apoio à investigação. Assegura igualmente o acompanhamento das necessidades de conservação do património, adequando a sua capacidade de resposta aos recursos disponíveis e às condições de funcionamento dos espaços.

Em 2026, a execução da maioria das atividades previstas ficou comprometida pelos danos provocados pelas intempéries. A Igreja da Misericórdia permaneceu cerca de seis meses sem energia elétrica, enquanto a Capela Dourada apresentou humidade acentuada no pavimento, com formação de poças de água. A Igreja de Jesus Cristo, por sua vez, continuou encerrada ao público, mantendo-se em obras de conservação e restauro ao longo de todo o ano. Estas circunstâncias condicionaram a utilização dos espaços e exigiram a concentração de esforços na salvaguarda do património e na resolução dos problemas identificados.

Para 2027, serão prioritárias a recuperação das condições de segurança, conservação e acolhimento, incluindo a substituição do pavimento da Capela Dourada, e a retoma gradual da programação. As iniciativas não concretizadas em 2026 serão reavaliadas e reagendadas em função da conclusão das intervenções e da capacidade de resposta do Serviço, em articulação com os parceiros culturais, educativos e científicos.

Um dos momentos centrais será a reabertura ao culto da Igreja de Jesus Cristo, após a intervenção de reabilitação e restauro, prevendo-se assinalar esta ocasião com uma missa em honra de Nossa Senhora da Visitação, no dia 31 de maio de 2027. No âmbito da conservação do património musical, destacam-se a recuperação do órgão histórico desta igreja e a manutenção do órgão da Igreja da Misericórdia, pelo mestre organeiro Dinarte Machado, valorizando a sua utilização em celebrações religiosas e iniciativas culturais.

A resolução, em 2026, de uma situação que condicionava o acesso ao coro alto e à torre sineira da Igreja de Jesus Cristo abriu novas possibilidades de valorização destes espaços. Em 2027, pretende-se articular o restauro do órgão com a reorganização do coro alto e estudar a recuperação das salas da torre para exposições temporárias de arte e uma exposição permanente sobre a história da

Misericórdia de Santarém e do seu património, com recurso a fotografias e registos audiovisuais. A valorização do terraço panorâmico junto às torres sineiras permitirá complementar o percurso de visita e proporcionar novas perspetivas sobre a cidade. Estas intervenções permitirão ampliar a divulgação do património da Instituição e proporcionar ao público o acesso e a observação de espaços e elementos até agora inacessíveis.

No Arquivo Histórico, terão continuidade as obras destinadas a assegurar condições adequadas de conservação do acervo e de utilização do espaço. O Serviço manterá o apoio a pedidos de pesquisa e a trabalhos académicos e científicos, conciliando o acesso à documentação com as condições existentes e as exigências da sua salvaguarda.

5.9. Serviço Administrativo e Financeiro

5.9.1. Orçamento Exploração Previsional

O Orçamento para o exercício de 2027 foi elaborado em conformidade com os normativos aplicáveis, nomeadamente a Deliberação n.º 102/09 do Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, I.P., relativa às Regras de Entrega de Contas e Orçamentos, bem como os princípios e critérios definidos pelo Sistema de Normalização Contabilística.

O Orçamento de Exploração teve por base a informação contabilística disponível até setembro do ano corrente, incidindo sobre as rubricas de gastos e rendimentos já realizados. A partir desta base, foram efetuadas projeções económicas recorrendo a métodos estatísticos adequados, à análise das medidas previstas para 2027 e às condições operacionais efetivas da Organização. A sua elaboração incorporou ainda a avaliação da conjuntura económica nacional e, em particular, das dinâmicas do Setor Social e Solidário.

A rubrica dos gastos com pessoal, por constituir estruturalmente a componente mais relevante dos gastos, foi objeto de análise detalhada. A previsão considerou o quadro de pessoal atual, as necessidades estimadas para 2027 e as progressões e promoções decorrentes do tempo de serviço. Foi adotado um salário mínimo nacional (SMN) de 970€, refletindo um acréscimo aproximado de 5,4% face ao ano anterior. Para os restantes trabalhadores, foram projetadas atualizações remuneratórias em conformidade com a tabela salarial negociada com a União das Misericórdias Portuguesas, cuja implementação ocorrerá ainda no presente ano.

O número de trabalhadores remunerados previsto para 2026 era de 257, estimando-se 270 colaboradores para 2027.

As rubricas relativas ao consumo de matérias-primas, bens consumíveis e fornecimentos e serviços externos foram estimadas, de forma geral, com base na informação disponível à data de elaboração

do Orçamento, tendo sido aplicada uma taxa média de atualização de 2,4%. No entanto, foi realizada uma análise específica aos consumos de géneros alimentares, energia e combustíveis, devido à sua maior sensibilidade a variações de preços.

Os gastos com depreciações e amortizações foram calculados considerando os ativos já adquiridos e aqueles cuja aquisição se encontra prevista até ao final de 2027, aplicando as normas contabilísticas em vigor.

No que respeita aos rendimentos provenientes de prestações de serviços, as mensalidades dos utentes da área da infância foram mantidas com base nos valores em vigor à data de elaboração do orçamento. Para a área da anciania, foi considerado um acréscimo de 2,4%, refletindo a inflação prevista e compensando o aumento dos custos operacionais, designadamente o impacto do SMN.

Os subsídios atribuídos no âmbito dos acordos com a Segurança Social refletem os valores constantes do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, atualizados em 2,4%. Os subsídios ao investimento foram distribuídos proporcionalmente às depreciações dos ativos financiados.

As rendas foram estimadas com base nos valores atuais, aplicando-se o coeficiente de atualização de 1,0256.

De forma global, o Orçamento foi elaborado segundo o princípio da prudência, tendo em consideração a atual conjuntura económica e financeira, nacional e internacional, que poderá influenciar a evolução dos rendimentos e dos gastos ao longo do exercício.

O total dos rendimentos previsionais ascende a 8.910.476,00€, enquanto o total dos gastos previsionais se estima em 8.293.848,07€, prevendo-se assim um resultado positivo de 616.627,93€, conforme quadro analítico apresentado de seguida.

Conta	Designação	Orçamento 2027	Orçamento 2026	Contas 2025
61	**Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**	**1 031 802,96**	**1 026 178,78**	**1 012 855,94**
61101	Livros	39,07	100,93	121,83
61102	Postais	1,64	6,81	1,20
61211	Géneros alimentares	700 103,95	684 328,76	680 532,52
61214	Específicas atividades oficinais (Encadernação)	1 152,63	32,34	417,48
61221	Material clínico	147 522,76	145 405,03	141 996,18
61223	Produtos de limpeza	76 399,00	79 537,09	78 397,47
61224	Ferramentas e utensílios desgaste rápido	12 950,89	12 159,25	13 124,13
61228	Higiene e conforto	43 640,53	43 939,50	42 645,93
61229	Outro material	338,81	0,00	0,00
6142	Medicamentos e artigos de saúde (UCC)	45 558,13	48 985,25	48 121,55
6144	Material didático, lúdico e afins	1 933,22	7 901,92	6 430,65
6145	Jornais e revistas	30,72	30,63	22,50
6146	Rouparia e afins (toalhas, lençóis, etc.)	1 995,08	1 317,21	967,59
6148	Materiais diversos de consumo	136,53	2 434,06	76,91

62	Fornecimentos e serviços externos	1 152 846,61	1 111 604,97	1 067 069,93
6221	Trabalhos especializados	134 577,57	320 469,05	132 069,67
6222	Publicidade e propaganda	12 282,99	11 149,10	12 408,16
6223	Vigilância e segurança	7 162,36	6 195,18	8 635,82
6224	Honorários	121 222,76	149 811,36	137 487,64
6225	Comissões (renting, venda Património …)	69,72	1 443,36	1 254,54
622603	Conservação e reparação viaturas	26 139,41	19 636,67	24 163,07
622604	Conservação e reparação equipamento	9 152,10	20 269,63	24 580,53
622605	Conservação e reparação instalações	334 692,04	94 511,42	223 710,36
622699	Conservação e reparação (outras)	474,26	4 699,82	3 673,39
622701	Serviços bancários - Multibanco (TPA)	1 821,42	1 304,65	737,99
622702	Serviços bancários - Plafond/Cta Caucionada	0,00	98,02	64,00
622703	Serviços bancários - Instrumentos financeiros	0,00	55,76	40,96
622704	Serviços bancários - Manutenção conta	117,42	60,00	15,00
622705	Serviços bancários - Referências MB	2 362,74	3 812,00	466,44
622706	Serviços bancários - MB WAY	645,88	2 104,00	27,08
622799	Serviços bancários - Déb.Diretos/Outros	0,00	40,36	92,82
6228	Outros serviços bancários	9,49	0,00	85,55
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	18 099,08	12 845,31	14 033,23
6232	Livros e documentação técnica	49,03	13,61	130,00
6233	Material de escritório	8 526,30	6 592,30	6 202,95
6234	Artigos para oferta	1 461,40	450,84	2 695,19
6241	Eletricidade	106 672,67	98 499,98	109 265,57
62421	Gasóleo	25 008,33	23 158,35	22 817,86
62422	Gasolina	1 143,57	1 049,25	1 104,29
62423	Gás butano e propano	0,00	88,21	259,25
62424	Gás natural	111 250,91	125 555,20	138 042,73
62426	Eletricidade viaturas	328,10	897,00	413,69
6243	Água	53 702,12	44 751,79	47 321,40
6248	Outros combustíveis	54,61	33,97	107,89
6251	Deslocações e estadas	21 914,92	15 397,16	14 294,16
6253	Transportes de mercadorias	17,48	76,74	68,05
626101	Rendas e alugueres - Instalações	0,00	0,00	0,00
626102	Rendas e alugueres - Viaturas	0,00	0,00	0,00
626103	Rendas e alugueres - Equipamento	2 773,31	5 616,07	5 217,66
626104	Rendas e alugueres - Paineis fotovoltaicos	34 540,52	28 592,12	26 751,33
62621	Correios	2 059,84	1 852,17	2 254,61
62622	Telefone	478,66	564,99	555,01
62623	Telemóvel	3 866,83	4 720,38	4 508,70
62625	Internet e televisão	3 015,35	3 917,13	3 702,13
62631	Seguros viaturas	10 924,57	9 368,98	6 569,39
62632	Seguros escolares	2 254,88	2 016,63	2 419,24
62633	Seguros instalações	12 431,90	12 835,09	13 810,21
62634	Seguros - máquinas/equipamentos	315,42		
62639	Seguros - outros	2 810,00	2 910,00	3 494,87
6265	Contencioso e notariado	2 050,06	61,26	45,00
6266	Despesas de representação	0,00	0,00	0,00
6267	Limpeza, higiene e conforto	61 856,10	58 598,12	58 979,11
6268	Outros serviços	14 510,49	15 481,94	12 493,39
63	**Gastos com o pessoal**	**5 864 227,47**	**5 410 300,50**	**5 088 625,92**
6321	Remunerações certas	4 409 313,26	4 088 514,87	3 858 539,29

6322	Remunerações adicionais	338 002,43	308 555,19	264 732,10
6332	Benefícios pós-emprego - Formação prof.	6 000,00	2 575,64	2 874,00
6341	Indeminizações por despedimento	9 704,01	5 000,00	6 728,93
6351	Encargos sobre remunerações - TSU	983 276,96	910 763,95	857 602,15
636	Seguros acidentes trabalho	66 372,30	61 259,49	65 793,66
6372	Gastos de acção social-Planos de saúde trabalhad.	13 951,03	13 461,60	0,00
6382	Gastos com fardamento e calçado	27 189,06	10 000,00	12 928,85
6383	Ofertas ao pessoal	2 200,00	2 000,00	1 550,00
6386	Medicina - Higiene e segurança no trabalho	8 218,42	8 169,76	8 019,78
6387	Pessoal destacado (estagiários, subsidiários, etc.)	0,00	0,00	9 857,16
6388	Outros gastos com pessoal	0,00	0,00	0,00
64	**Gastos de depreciação e de amortização**	**211 120,04**	**247 461,23**	**161 256,68**
6422	Edifícios e outras construções	102 306,77	155 634,99	84 894,75
6423	Equipamento básico	50 374,51	34 891,77	20 452,47
6424	Equipamento de transporte	41 947,10	41 947,04	41 947,04
6425	Equipamento administrativo	14 765,63	13 261,91	10 301,42
6427	Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	1 935,48
643	Ativos intangíveis	1 726,03	1 725,52	1 725,52
65	**Perdas por imparidade**	**10 900,00**	**9 600,00**	**3 581,77**
65111	Dívidas receber - Clientes/Inquilinos/Aj. Técnicas	9 400,00	8 000,00	0,00
65112	Dívidas receber - Utentes/UTIS	300,00	400,00	3 581,77
65116	Dívidas receber - Associados	1 200,00	1 200,00	0,00
66	**Perdas por reduções de justo valor**	**949,00**	**623,00**	**698,52**
661	Em instrumentos financeiros	949,00	623,00	698,52
662	Em investimento financeiros	0,00	0,00	0,00
68	**Outros gastos e perdas**	**19 454,09**	**13 647,19**	**18 221,41**
6812	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00
6813	Taxas	1 480,45	1 523,44	1 319,08
683	Dívidas incobráveis	1 000,00	900,00	3 573,30
6881	Correções relativas a períodos anteriores	2 814,07	5 908,37	4 340,14
6883	Quotizações (UMP e outras)	12 626,26	3 920,00	7 092,39
6887	Multas/coimas fiscais e não fiscais	81,68	314,58	231,08
6888	Outros gastos e perdas não especificados	1 451,63	1 080,80	1 665,42
69	**Gastos e perdas de financiamento**	**2 547,90**	**4 492,94**	**6 851,90**
69111	Juros de empréstimos bancários	13,27	22,83	16,77
69112	Locação financeira e outros encargos	2 159,55	3 123,84	3 099,15
69113	Juros do empréstimo Apoio Linha Covid 19	0,00	1 300,00	3 637,19
6913	Juros de mora e compensatórios	20,01	46,27	98,79
698	Outros gastos e perdas de financiamento-Apli.Financ.	355,07	0,00	0,00
71	**Vendas**	**78 474,84**	**85 059,04**	**77 192,95**
711401	Fraldas e afins	68 754,79	72 351,95	70 779,75
7124	Produtos acabados e intermédios-Prod. oficinais	4 046,85	6 136,89	4 843,00
7181	Descontos e abatimentos em vendas (Rappel)	5 673,20	6 570,20	1 570,20
72	**Prest. serviços**	**5 127 984,17**	**4 604 644,23**	**4 451 914,61**
722	Quotizações e joias (Irmãos)	5 800,00	6 000,00	6 740,00
727111	Prest. serviços - Creches	0,00	0,00	0,00
727112	Prest. serviços - Jardins de infância	35 128,93	27 391,20	51 292,24
727141	Prest. serviços - Lares (ERPIs)	1 072 020,45	964 220,77	945 752,70
727142	Prest. serviços - Centros de dia	220 822,94	196 659,54	193 108,50
727143	Prest. serviços - Apoio domiciliário	334 828,53	296 045,89	291 010,50
727146	Prest. serviços - Residências p/pessoas idosas	568 336,79	502 147,65	498 733,00

727148	Prest. serviços - Centros de acolhimento (CATEI)	84 919,09	65 904,84	64 704,00
727149	Prest. serviços - UCCLDM	232 433,59	183 279,98	169 207,95
727301	Consultas - Fisioterapia	0,00	356,34	260,00
727306	Consultas - Nutrição	524,29	912,78	1 026,50
72751101	Creches - Acordo de cooperação - Gratuitidade	603 138,05	466 687,27	362 770,53
72751102	Creches - Alargamento Horário	12 436,93	11 843,76	55 316,21
72751201	Jardins de infância - Acordo de cooperação	56 208,02	70 644,23	112 803,68
72751202	Jardins de infância - Apoio à deficiência	3 613,41	10 720,99	4 593,96
727515	CAFAP-Reunificação e Preserv.Familiar/Pto Encontro	144 312,24	134 844,90	125 974,06
7275411	ERPI Santarém	278 176,48	259 746,84	248 083,89
7275412	ERPI S. Domingos	583 273,27	544 630,56	519 888,08
7275413	Lares-Vagas reservadas	176 940,45	182 269,20	161 150,03
7275414	Lares-Vagas hospitalres	30 157,48	22 041,36	20 989,00
727542	Centros de Dia	147 183,21	123 126,19	121 897,72
727544	Apoio domiciliário	537 730,02	535 169,94	496 612,06
74	**Trabalhos para a própria entidade**	**331 952,43**	**290 061,09**	**243 903,49**
74801	Fornecimento de refeições aos colaboradores	331 952,43	290 061,09	243 903,49
75	**Subsídios, doações e legados à exploração**	**2 541 945,38**	**2 416 638,77**	**2 179 448,93**
751116	Acordos coop. - Lares internatos crianças e jovens	459 891,27	514 142,92	321 912,53
7511214	Acordos coop. - Refeitórios (Cantina Social e CAAS)	154 358,40	162 153,92	154 920,48
7511416	Acordos coop. - Residências para pessoas idosas	448 671,74	418 946,58	400 896,48
7511418	Acordos coop. - Centros Acolhimento (CATEI)	117 199,38	108 926,11	104 523,12
751141901	Acordos coop. - UCC - encargos apoio social utente	215 984,97	175 227,48	175 116,86
751141902	Acordos coop. - UCC - encargos com fraldas	14 565,52	11 706,20	11 022,11
7511901	Subsídio Comp. Salarial (Pré-Escolar)	5 125,00	39 924,00	38 884,44
7511902	Complemento por dependência 2º grau	20 415,84	16 651,73	16 774,27
7511912	Complemento por demência	52 007,59	36 474,69	30 008,88
751501	Município de Santarém (FÓS, RSI)	277 491,36	196 134,20	349 684,79
751502	Freguesias de Santarém	491,52	1 000,00	1 240,00
751801	IEFP	0,00	0,00	9 028,80
751802	A.S.-Emp.Aguas de Santarem-EM, SA	0,00	3 000,00	3 000,00
751803	Fundo Rainha D. Leonor	150 000,00	150 000,00	0,00
751805	PLCP	1 158,86	6 429,57	1 158,86
751809	Pensão Hospital	3 101,21	3 093,30	3 093,30
751851	UCCLDM - Medicamentos (ARS)	0,00	0,00	2 438,10
751852	UCCLDM - Internamento (ARS)	394 410,24	315 386,39	303 983,70
751853	UCCLDM - Apósitos/material penso	4 608,00	6 023,90	4 525,00
751899	Outros subsídios (CLDS, REVIOP)	42 971,23	95 193,01	77 627,13
752801	ISLA de Santarém (Subsídio igrejas)	29 254,68	29 254,68	29 254,68
753101	Donativos em numerário	96 225,58	74 557,92	75 602,91
753102	Donativos em espécie	21 671,77	14 259,83	25 132,50
753104	Donativos - Consignação Fiscal	13 982,40	19 793,52	27 402,56
753109	Donativos (outros) para Investimento	18 358,82	18 358,82	12 217,43
76	**Reversões**	**1 665,13**	**1 346,15**	**1 785,14**
76211	Clientes/inquilinos	1 297,87	676,09	1 177,12
76212	Utentes/Alunos	202,40	70,06	68,02
76216	Associados	164,86	600,00	540,00
77	**Ganhos por aumentos de justo valor**	**2 368,00**	**1 542,35**	**1 969,01**
771	Em instrumentos financeiros	2 368,00	1 542,35	1 969,01
772	Em investimentos financeiros (FRSS)	0,00	0,00	0,00
78	**Outros rendimentos e ganhos**	**820 522,56**	**551 874,37**	**684 120,85**

78161	Reembolsos (água, eletricidade, gás, etc.)	93 103,68	94 750,82	102 610,96
78162	Proveitos ocasionais (visitas,medalhas, postais, pins, ...)	0,00	1 010,11	1 244,90
781632	Venda de objetos inúteis	68,27	320,00	320,00
78163901	Venda de livros	64,40	219,61	189,63
78164	Reembolsos de refeições (Pessoal)	2 225,11	2 467,42	1 812,50
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	3 267,34	10 740,55	9 238,39
7868	Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,00	0,00
7871	Alienações	374 974,22	0,00	207 914,12
7872	Rendimentos e ganhos em sinistros	0,00	0,00	0,00
78731	Rendas - terrenos e recursos naturais	7 918,00	29 250,64	7 028,11
78732	Rendas - edifícios e outras construções	202 938,11	226 547,98	195 845,23
7881	Correções relativas a períodos anteriores	1 365,33	1 000,00	10 626,80
7883	Imputação subsídios para investimento	54 607,49	105 875,38	45 487,48
7886	Resultante atividades principais e secundárias	1 884,56	8 540,86	18 551,30
78881	Benefícios e penalidades contratuais (faltas aviso prévio)	10 000,00	10 000,00	20 435,51
788850904	UTIS - inscrição	4 160,00	3 940,00	3 980,00
788850905	UTIS - propinas	55 012,00	51 241,00	50 894,83
788850906	UTIS - seguros	2 080,00	1 970,00	1 875,00
788850907	UTIS - comparticipações/subsídios	1 000,00	0,00	0,00
788850908	UTIS - comparticipação SCMS	0,00	0,00	0,00
78888	Outros rendimentos e ganhos não especificados	5 854,05	4 000,00	6 066,09
79	**Juros e outros rendimentos similares**	**5 563,49**	**7 400,00**	**10 897,20**
7911	Juros obtidos - de depósitos	5 000,00	7 000,00	10 390,40
7917	Juros obtidos - IGCP	111,24	100,00	111,24
7921	Dividendos obtidos - meios financeiros líquidos	452,25	300,00	395,56
	Total rendimentos	**8 910 476,00**	**7 958 566,00**	**7 651 232,18**
	Total gastos	**8 293 848,07**	**7 823 908,61**	**7 359 162,07**
	Resultado do período	**616 627,93**	**134 657,39**	**292 070,11**

Quadro 2 – Orçamento analítico 2027

5.9.2. Orçamento de Investimentos para o ano de 2027

O Orçamento de Investimentos/Desinvestimentos para 2027 decorre da exploração previsional do exercício e foi elaborado em alinhamento com o Plano de Atividades (PA). O documento reflete o atual contexto de incerteza económica global, integrando investimentos que dependem de financiamento através de subsídios atribuídos no âmbito de políticas de apoio ao desenvolvimento social e económico, bem como a utilização de resultados acumulados provenientes de exercícios anteriores, destinados à melhoria das instalações e dos equipamentos existentes.

Foram considerados investimentos para os quais não existe ainda financiamento atribuído, nomeadamente no âmbito do PARES, com candidaturas submetidas.

O montante global dos investimentos previstos ascende a 393.711,13€, dos quais 175.104,00€ serão financiados pelo PARES, sendo os restantes 218.607,13€ assegurados por recursos próprios (autofinanciamento).

O montante apresentado no orçamento de desinvestimentos corresponde ao valor contabilístico da previsível alienação do prédio sito na Travessa das Condinhas (Académica).

Orçamento de Investimentos para o ano de 2027	Auto Financiamento (a)	Subsídios	Outros Financiamentos (b)	Total
Ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Edifícios e outras construções - Lar dos Rapazes (PARES)	41 946,33	72 960,00	0,00	**114 906,33**
Edifícios e outras construções - CAT (PARES)	109 364,80	72 960,00	0,00	**182 324,80**
Projeto obra remodelação - Lar dos Rapazes (PARES)	912,00	3 648,00	0,00	**4 560,00**
Projeto obra remodelação - CAT (PARES)	912,00	3 648,00	0,00	**4 560,00**
Fiscalização obra remodelação - Lar dos Rapazes (PARES)	912,00	3 648,00	0,00	**4 560,00**
Fiscalização obra remodelação - CAT (PARES)	912,00	3 648,00	0,00	**4 560,00**
Equipamento básico - Lar dos Rapazes (PARES)	1 824,00	7 296,00	0,00	**9 120,00**
Equipamento básico - CAT (PARES)	1 824,00	7 296,00	0,00	**9 120,00**
Equipamento básico genérico	10 000,00	0,00	0,00	**10 000,00**
Equipamento básico - Cozinha	30 000,00	0,00	0,00	**30 000,00**
Equipamento administrativo genérico	10 000,00	0,00	0,00	**10 000,00**
Equipamento informático	10 000,00	0,00	0,00	**10 000,00**
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Total de investimentos de ativos fixos tangíveis►	**218 607,13**	**175 104,00**	**0,00**	**393 711,13**
Ativos intangíveis				**0,00**
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Total de investimentos de ativos intangíveis►	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Investimentos em curso	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Total de investimentos ►	**218 607,13**	**175 104,00**	**0,00**	**393 711,13**

(a) = Resultado líquido + Resultados transitados

(b) = Empréstimos de médio e longo prazo/outros financiamentos

Orçamento de Desinvestimentos para o ano de 2027	Desinvestimento Contabilístico	Mais Valia Contabilística	Valor Autorizado Alienação
Diminuição de ativo - prédio da Académica	**1 025,78**	**374 974,22**	**376 000,00**

Quadro 3 – Orçamentos de investimentos e desinvestimentos 2027

Santarém, aos 12 de novembro de 2026.

A Mesa Administrativa,

6. Anexo - Grelha de atividades Global